



**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**  
**Escritório Regional de Santa Catarina**

# **Anotações sobre a realidade do trabalho no Brasil e em Santa Catarina**

*A situação econômica dos trabalhadores catarinenses e brasileiros em meio à omissão  
do estado e ao descontrole da pandemia*

Florianópolis, março de 2021

## Anotações sobre a realidade do trabalho no Brasil e em Santa Catarina

No dia 16 de março o secretário estadual da Fazenda, Paulo Eli, afirmou em entrevista<sup>1</sup> que devido à situação do mercado de trabalho catarinense não é necessário que o governo estadual crie um “auxílio emergencial” para os trabalhadores – política pública adotada em 2020 a nível federal e que vem sendo criada em outros estados com o objetivo de mitigar os efeitos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19. Na entrevista, o secretário mencionou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de janeiro para afirmar que Santa Catarina encontra-se em situação de “pleno emprego”. Sem citar dados, afirmou que o estado sofre com escassez de mão-de-obra e precisa de trabalhadores de outros estados para suprir a demanda por trabalho.

O termo pleno emprego, em economia, se refere à utilização de todos os fatores disponíveis (trabalho e capital, por exemplo) a preços de equilíbrio. Geralmente se utiliza esta expressão pensando em pleno emprego do fator trabalho, isto é, o pleno emprego de trabalhadores. Uma situação de pleno emprego no mercado de trabalho representaria um ambiente em que todos os trabalhadores que aceitem receber os chamados “salários de equilíbrio” estão empregados.

A declaração do secretário não tem nenhuma base na realidade, como podemos verificar através dos pontos a seguir:

1) Ainda que os dados do CAGED pontem para a geração de 32 mil postos de trabalho formais em Santa Catarina no mês de janeiro, totalizando um saldo de 53,8 mil empregos criados em 12 meses, em 49 dos 295 municípios catarinenses houve mais desligamentos do que admissões nos últimos 12 meses. Florianópolis foi o município mais impactado pelo fechamento de postos formais neste período: foram demitidos 90,6 mil trabalhadores e contratados 81,3 mil; totalizando 9.236 postos de trabalho encerrados. O saldo do emprego na capital foi pouco impactado pelos 222 postos de trabalho criados em janeiro;

---

<sup>1</sup> <https://www.nscrtotal.com.br/colunistas/upiara-boschi/sc-nao-precisar-criar-auxilio-emergencial-porque-nao-ha-desemprego-diz>

2) quarenta e nove municípios catarinenses, nos últimos 12 meses apresentam saldo negativo do emprego, entre eles: Balneário Camboriú (-1.191), São João Batista (-981), Blumenau (-361) e Três Barras (-321). Somados, os 49 municípios encerraram 14,3 mil postos de trabalho, sendo que 65% deles foram na capital do estado. Portanto, uma análise mais detalhada dos dados do CAGED revela que a criação de empregos no último período (fevereiro de 2020 a janeiro de 2021) não se distribuiu pelo território catarinense, o que reflete os efeitos da crise sanitária sobre a economia;

3) outro ponto crucial, refere-se ao fato de o secretário usar os dados do CAGED para sustentar a afirmação de que o estado vive em situação de pleno emprego. Primeiramente, o saldo do emprego não permite tal inferência: com a criação de 32.077 empregos formais em janeiro, Santa Catarina passou a contar com um estoque de 2.192.529 contratos formais de trabalho. Entretanto, os dados do mercado formal não refletem a totalidade do mercado de trabalho, que é composto em grande parte por trabalhadores sem registro e que sobrevivem de atividades autônomas.

4) Em Santa Catarina, pelos motivos colocados acima, a análise do mercado de trabalho deve ser feita com os dados da PNAD-IBGE, que possibilita um diagnóstico mais preciso sobre as condições de trabalho e renda da população, sendo calculados a partir deles: taxa de desocupação, nível da ocupação, taxa de participação na força de trabalho e os indicadores de subutilização da força de trabalho. A análise conjunta destes dados é que permite apontar para a existência ou não de um “pleno emprego”, e não o saldo das contratações no mercado de trabalho formal;

5) O que nos dizem os dados da PNAD-IBGE? As informações referentes ao trimestre outubro/novembro/dezembro de 2020 (últimos dados disponíveis), estimam 3,6 milhões de pessoas compondo a força de trabalho no estado. Destes, 196 mil se declararam desocupados – formando uma taxa de 5,3% de desocupação. No entanto, como o cálculo da taxa de desocupação não considera quem está fora da força de trabalho, este percentual subestima a demanda por trabalho. Nota-se, por exemplo, que houve um aumento de 462 mil pessoas fora da força de trabalho no último ano – o que representou um crescimento de 22,2%. Entre as pessoas fora da força de trabalho também estão aqueles atingidos pelo desalento, ou seja, o indivíduo não procura mais emprego por

absoluto desânimo, embora esteja precisando e aceitasse uma vaga se alguém oferecesse. E, mesmo entre os ocupados, há aqueles que desejam trabalhar mais e não conseguem trabalho. Por essas razões, o IBGE mensura a subutilização da força de trabalho, assimilando a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de que os países adotem estes indicadores<sup>2</sup>. No caso de Santa Catarina, a inclusão dos trabalhadores subutilizados forma a taxa composta da subutilização da força de trabalho, que alcançou 10,8% no período de referência. Neste caso, além do cálculo considerar os 196 mil desocupados, também são contadas as 78 mil pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e as 136 mil pessoas da força de trabalho potencial, que inclui quem está em situação de desalento (55 mil). Tal contingente não seria verificado se o estado vivesse situação de pleno emprego;

6) Mesmo possuindo os menores indicadores de subutilização da força de trabalho em relação aos demais estados da federação, não é possível afirmar, em absoluto, que haja pleno emprego em Santa Catarina. Como vimos, além dos abertamente desocupados, há um número grande de catarinenses que estão desalentados para procurar emprego, ou trabalha um número de horas menor do que poderia ou gostaria de trabalhar, o que caracteriza uma situação de subocupação. O desalento se soma a outros fatores, como a imposição das medidas sanitárias decorrentes da pandemia, que impede a pessoa de trabalhar. Omitir-se diante de tal fato contribui para o cenário atual, em que diariamente o estado bate um novo recorde de mortos pela COVID-19, além de sofrer com o colapso dos sistemas de saúde público e privado;

7) Parcela expressiva da população encontra-se na informalidade: estima-se mais de 1 milhão de pessoas, o que representa 29% daqueles que estão ocupados. A PNAD-IBGE calcula que em Santa Catarina o mercado informal no período da pesquisa era composto por: 567 mil indivíduos trabalhando por conta própria sem CNPJ, 217 mil empregados do setor privado sem carteira, 87 mil trabalhadores familiares auxiliares, 83 mil trabalhadores domésticos sem carteira, 46 mil vínculos sem carteira no setor público

---

<sup>2</sup>[https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Novos\\_Indicadores\\_Sobre\\_a\\_Forca\\_de\\_Trabalho/pnadc\\_202004\\_trimestre\\_novos\\_indicadores.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202004_trimestre_novos_indicadores.pdf)

e 11 mil empregadores sem CNPJ. Sem realizar contribuições trabalhistas e previdenciárias, a maioria dos informais são vulneráveis aos riscos sociais, como a ocorrência de uma pandemia.

8) Outro problema adicional para os ocupados se refere à renda. De acordo com a PNAD-IBGE, o rendimento médio dos ocupados em Santa Catarina foi de R\$ 2.726 no trimestre da pesquisa. Em fevereiro, a cesta básica de Florianópolis calculada pelo DIEESE<sup>3</sup> foi a mais cara entre as 17 capitais pesquisadas, custando R\$ 639,81, o que representa 23,5% do rendimento médio. Contudo, devido à desigualdade econômica, a maior parte da população não alcança o rendimento médio. Em relação ao Salário Mínimo Líquido, o comprometimento com a cesta básica foi de 62,88%.

9) O rendimento médio dos ocupados em Santa Catarina, de R\$ 2.726 no trimestre que vai de outubro a dezembro de 2020 corresponde à metade (50,75%) do Salário Mínimo Necessário calculado pelo DIEESE, que em fevereiro ficou em R\$ 5.375,05. O Salário Mínimo Necessário do DIEESE, calcula os gastos mensais com as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, e é uma referência do valor que deveria ter o Salário Mínimo no Brasil, para cumprir suas determinações constitucionais.

Ainda que o índice de desemprego em Santa Catarina seja menor do que a média nacional, a economia catarinense está inserida no caótico quadro da economia brasileira. A já esperada queda do PIB (Produto Interno Bruto) em 2020, de 4,1%, veio na esteira de uma série de péssimas notícias. Em janeiro a montadora estadunidense Ford anunciou que encerrará a produção de veículos no Brasil, e o Banco do Brasil anunciou um plano para fechar no país 361 unidades, com estimativa de desligamento de 5 mil trabalhadores da ativa. As duas informações sintetizam elementos muito atuais como: desmonte do Estado, desemprego e precarização, desemprego industrial, desindustrialização, aumento da exploração dos trabalhadores, desmonte das estatais, privatização, reprimarização da pauta exportadora.

Em 2020 o PIB caiu 4,1% frente a 2019, a menor taxa da série histórica calculada pelo IBGE, iniciada em 1996. O PIB *per capita* alcançou R\$ 35.172 em 2020,

---

<sup>3</sup> <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202102cestabasica.pdf>

apresentando queda de 4,8% em termos reais. Este também foi o maior recuo da série histórica. A Indústria, que recuou 3,5% no ano passado, teve o pior desempenho nas atividades de Construção (-7,0%). A Indústria de Transformação também teve forte queda (-4,3%), puxada principalmente, pela redução, em volume, do Valor Adicionado da fabricação de veículos automotores; de outros equipamentos de transporte, confecção de vestuário e metalurgia.

A Despesa de Consumo das Famílias no ano passado recuou 5,5% em relação a 2019, principalmente pela piora das condições do mercado de trabalho. A situação só não foi ainda pior em função do Auxílio Emergencial, que injetou R\$ 322 bilhões na economia, com destinação direta para o consumo. A Despesa do Consumo do Governo, por sua vez, também recuou (4,7%). Completando o quadro, no setor externo, as Exportações de Bens e Serviços recuaram 1,8%, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram 10,0%. A queda acentuada das importações é decorrência da forte redução da atividade industrial, do empobrecimento das famílias, da queda do consumo do governo e da desvalorização cambial.

Com a retomada da renda emergencial em patamar inferior, com a evolução do desemprego e o conjunto de trapalhadas na vacinação da população contra a COVID-19, a situação da economia pode se agravar de forma inusitada. Nos últimos anos o mercado interno vem sendo sistematicamente destruído pelo desemprego, empobrecimento da população, precarização do trabalho, aprofundamento da desindustrialização, etc. Todo esse processo, que foi amplamente aprofundado com o governo Bolsonaro, afeta diretamente a produção industrial interna.

O desmonte da economia brasileira, levou a que em apenas 3 anos, a porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar moderada e aguda tenha aumentado em 13%. Segundo o IBGE, em 2016, o número de pessoas que ingeriam menos calorias do que o necessário para uma vida saudável era de 37,5 milhões no Brasil, e saltou para 43,1 milhões em 2019. Ou seja, o Brasil tinha mais de 20% de sua população em insegurança alimentar (mesmo sendo o país o segundo maior produtor agrícola do mundo). A insegurança alimentar grave, em que as pessoas relataram chegar a passar fome, atingiu 4,6% dos domicílios brasileiros, o equivalente a 3,1 milhões de lares, em 2017-2018. Esse

percentual significa que 10,3 milhões de pessoas residem em domicílios nessa situação. É um número impressionante, equivalente a 3 vezes a população do vizinho Uruguai.

O detalhe é que essas informações de aumento da insegurança alimentar são relativas a um período anterior a 2020, ou seja, de antes da pandemia. Estamos em março de 2021, com perspectivas de retomada do auxílio emergencial, porém com bases bem abaixo do nível praticado em 2020<sup>4</sup>, e num contexto no qual o desemprego explodiu. O número de famílias em extrema pobreza cadastradas no CadÚnico (Cadastro Único para programas sociais do governo federal) superou a casa de 14 milhões e alcançou o maior número desde o final de 2014. Segundo dados do Ministério da Cidadania, esse total de famílias equivale a cerca de 39,9 milhões de pessoas na miséria no Brasil. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89 por pessoa (renda per capita). Aqui não estamos tratando de pobres, mas de miseráveis. É uma verdadeira bomba-relógio. De parte do governo não se vê um plano, uma estratégia, para enfrentar crise dessa magnitude.

Para completar o quadro tenebroso a inflação bateu recordes no mês de fevereiro, com o INPC-IBGE chegando a 0,82% e o IPCA-IBGE 0,86%. Uma das causas fundamentais do aumento da inflação é a alta dos preços dos combustíveis. A gasolina e o diesel foram reajustados três vezes na primeira quinzena de março. No caso do IPCA foi a maior variação num mês de fevereiro desde 2016. O INPC, índice referência nas negociações coletivas, acumula 6,22% nos 12 meses terminados em fevereiro. Este número, somado aos efeitos da pandemia e com o processo de empobrecimento da população, é nitroglicerina.

### **Os números do Governo de Santa Catarina, em 2020**

Mesmo diante de tal crise, o estado de Santa Catarina obteve uma receita de R\$ 29,95 bilhões em 2020, o que representou um aumento nominal de 6,2% em relação ao arrecadado no ano anterior e de 2,4% em termos reais (descontados os efeitos

---

<sup>4</sup> <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/sinteseEspecialAuxilioEmergencial.html>

inflacionários). Foi superada a estimativa realizada no ano anterior, quando não havia expectativa da ocorrência de uma pandemia, de tal forma que a receita obtida foi R\$ 1,033 bilhões superior à estimada. Cabe destacar que a “Receita Tributária”, principal fonte de arrecadação estadual (formada pelos impostos, taxas e contribuições de melhoria) aumentou R\$ 431,8 milhões no período, apesar das restrições sanitárias sobre a circulação de força de trabalho, mercadorias e serviços. Em termos reais, esta fonte de receita variou -1,3%. As “Transferências Correntes” aumentaram R\$ 1,868 bilhões, sendo que deste total, R\$ 1,359 bilhões foram transferidos pela União em razão da Lei Complementar nº 173/2020, que estabeleceu o “Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19)”, destinando auxílio financeiro aos Poderes Executivos locais para ações de enfrentamento à COVID-19 e mitigação de seus efeitos financeiros.

Por outro lado, a despesa total foi de R\$ 28,08 bilhões, o que representou um crescimento residual, na ordem de 0,2% em relação ao empenhado em 2019. Em termos reais, a despesa variou -3,4%, ou seja, houve uma queda em termos reais. As despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” mantiveram-se praticamente estáveis em termos reais. O pagamento de “Juros e Encargos da Dívida” e a “Amortização da Dívida” reduziu R\$ 744,9 milhões em relação ao ano anterior, principalmente em razão da suspensão dos pagamentos dos empréstimos junto à União e dos aditivos contratuais de suspensão de pagamentos de principal e demais encargos dos contratos de empréstimo junto ao Banco do Brasil e BNDES, conforme previsão da LC 173/2020. Assim, gastando menos do que arrecadando, em 2020 o estado gerou um superávit orçamentário na ordem de R\$ 1,863 bilhões, cifra quase 11 vezes maior do que o obtido em 2019. A Secretaria da Fazenda informou que este foi o melhor resultado orçamentário que o estado já obteve.

Mais de um ano após o início da pandemia, pode-se afirmar que a atuação do poder público é que define o caminho do sucesso ou do fracasso para cada povo na luta contra a crise sanitária e econômica. A criação dos programas de enfrentamento à COVID-19 (auxílio emergencial aos trabalhadores, auxílio financeiro a estados e municípios) foram fundamentais para que, mesmo diante do negacionismo do governo federal, nossos sistemas de saúde não colapsassem e medidas mais drásticas de distanciamento social pudessem ser implementadas. A ausência desde o início deste ano de programas para

mitigar os efeitos econômicos da pandemia, tanto a nível nacional quanto em nível local, vai na contramão do que fora implementado e gerou bons resultados. Não espanta, portanto, o crescente apelo mesmo entre trabalhadores e setores vulneráveis para que o poder público não decrete medidas restritivas de circulação, temendo a falta de trabalho, o desemprego e a fome. Enquanto os setores detentores de capital recebem auxílio principalmente em forma de crédito, o governo estadual se nega a reconhecer a grave situação econômica enfrentada pelos trabalhadores catarinenses.

Mesmo em tempos de pandemia, o governo de Santa Catarina aumentou as receitas por meio de auxílio financeiro da União e reduziu as despesas em termos reais – mesmo gastando mais com o combate à pandemia. Produzindo o maior superávit de todos os tempos, a situação das contas estaduais não permite afirmar que o governo estadual esteja impossibilitado de criar ou ampliar políticas públicas destinadas ao combate da COVID-19. Os dados preliminares divulgados no portal da transparência do estado, referentes a fevereiro, apontam que a receita líquida do estado aumentou 7,6% no acumulado dos últimos 12 meses, somando R\$ 30 bilhões. Financeiramente, portanto, o estado não sofre com os efeitos da pandemia sobre a arrecadação dos tributos. Já os dados epidemiológicos da pandemia no estado são os piores até o momento, uma vez que em 2021, em menos de três meses portanto, já estamos alcançando o número de mortes ocorridas durante todo o ano de 2020. O governo de Santa Catarina possui mais do que condições financeiras: no momento atual, a sua atuação é imperativa para que se efetivem as medidas sanitárias e a tragédia humanitária não seja ainda maior. Até aqui, foram 9.651 mortos pela COVID-19 em Santa Catarina<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> <http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/boletim-epidemiologico-22-03-2021.pdf>

**Escritório Nacional:** Rua Aurora, 957 – 1º andar  
CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

**Presidente** - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente** - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

**Secretário Nacional** - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo** - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo** - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretora Executiva** - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva** - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva** - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo** - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretor Executivo** - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Diretora Executiva** - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

#### **Direção Técnica**

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

#### **Equipe técnica**

José Álvaro Cardoso

Tamara Siemann Lopes